

Rua Visconde de Ouro Preto, 435 - Centro - CEP 37925-000 - PIUMHI-MG CNPJ: 04.889.589/0001-81 E-mail: camara.piumhi@terra.com.br Telefax: (37) 3371-1551 e 3371-1384 Site: www.piumhi.mg.leg.br

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 003/2019 EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2019 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 003/2019

A CÂMARA MUNICIPAL DE PIUMHI/MG, leva ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei Federal nº. 10.520/2002, do Decreto Legislativo nº. 001/2009 que instituiu o Pregão no Registro de Preços e Lei Complementar nº. 123/2006 com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº. 147/2014 e, subsidiariamente, da Lei Federal nº. 8.666/1993 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial mediante as condições estabelecidas neste Edital.

SEÇÃO I – DA DATA E LOCAL DE ABERTURA DO CERTAME E OBJETO

DIA: 30 de julho de 2019 HORÁRIO: 09:30 horas

ENDEREÇO: Rua Visconde de Ouro Preto, nº. 435 - Centro - Piumhi/MG

1. A presente licitação tem como objeto a aquisição de computador, aparelho celular e equipamentos de informática para a área administrativa do Poder Legislativo de Piumhi/MG, do tipo menor preço por item, de acordo com quantidades e especificações constantes do Termo de Referência.

SEÇÃO II - DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2. A despesa com a execução do objeto desta licitação é prevista nas seguintes dotações orçamentárias: 01.031.0001.1001 – 4.4.90.52.00 – ficha 02 – Equipamento e Material Permanente e 01.031.0001.2001 – 3.3.90.30.00 – ficha 08 – Material de Consumo.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 16.773,08 (dezesseis mil, setecentos e setenta e três reais e oito centavos).

SEÇÃO III - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3. Não poderá participar do presente certame a empresa:
- 3.1. concordatária, em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em recuperação judicial;





- 3.2. estrangeira que não funcione no País;
- 3.3. com o direito suspenso de contratar com a Administração Pública ou por ter sido declarada inidônea;
- 3.4. que esteja cumprindo penalidade que a impeça de participar de licitação junto à Administração Pública;
- 3.5. que possua participação direta ou indireta de sócio, diretor ou responsável técnico que tenha vínculo empregatício com a Câmara Municipal de Piumhi/MG.
- 4. Poderão participar deste Pregão os interessados que cumprirem os requisitos legais e/ou também os que estiverem previamente credenciados no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Câmara Municipal de Piumhi/MG.

4.1. Os interessados deverão apresentar os seguintes documentos:

a) Requerimento para inscrição no Cadastro Municipal de Fornecedores;

b) PARA PESSOA JURÍDICA

I – HABILITAÇÃO JURÍDICA

- b.1) SOCIEDADES COMERCIAIS EM GERAL: contrato social em vigor ou sua última alteração, se houver, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado, apresentado na forma da Lei n. 10.406/2001;
- b.2) Cartão do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ:
- b.3) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

II - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- b.4) Certidão negativa de débito de tributos e contribuições federais e de quitação da dívida ativa da União (CERTIDÃO CONJUNTA com INSS);
- b.5) Certidão negativa de débito com a fazenda estadual;
- b.6) Certidão negativa de débito com a fazenda municipal;
- b.7) Certidão negativa do FGTS;
- b.8) Certidão negativa de débitos trabalhistas.

III - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

- b.9) Último balanço patrimonial e demonstrações contábeis, em vigência;
- b.9.1) È vedada a substituição do Balanço Patrimonial por balancetes ou balanços provisórios;





- b.9.2) Caso o exercício financeiro anterior ao da licitação esteja encerrado há mais de 03 (três) meses da data da sessão pública de abertura deste Pregão, o Balanço Patrimonial poderá ser atualizado por índices oficiais;
- b.9.3) Caso a empresa tenha sido constituída há menos de 01 (um) ano, deverá ser apresentado o Balanço de Abertura.
- b.10) Certidão de Distribuição, Ações e Execuções Cíveis;
- b.11) Certidão de Falência e/ou Concordata;
- b.12) Conta Bancária para futuros pagamentos;
- b.13) E-mail e telefones para futuros contatos.
- 4.2. O Certificado de Registro Cadastral será emitido, tendo prazo de validade de 01 (um) ano.
- 4.3. As pessoas jurídicas cadastradas na Câmara Municipal de Piumhi/MG se obrigam pelas informações que prestarem e documentos que apresentarem, responsabilizando-se ainda pela manutenção das certidões e dos documentos que tenham prazo de validade e desde que perdurem os requisitos exigidos na legislação vigente.
- 4.4. Para os documentos que não contenham prazo de validade em seu contexto, considerar-se-á pela Pregoeira o prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão.
- 5. Para as **ME's** ou **EPP's**: O art. 3º do Decreto nº. 8.538, de 2015, apresenta o seguinte texto: "Na habilitação em licitações para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social." Ou seja, a habilitação econômico-financeira de **ME/EPP** não deve ser exigida, nos editais, quando o objeto for fornecimento de bens para a pronta entrega ou para a locação de materiais. No entanto, para a contratação de obras, serviços e bens de entrega parcelada, a Administração deve exigir a habilitação econômico-financeira dos licitantes, inclusive das **ME/EPP**.
- 6. Para as **MEI's**: Os empresários individuais e MEI's estão dispensados de manter contabilidade formal, a exemplo do que se exige, em regra, das sociedades empresárias. Portanto, se a lei não obriga os microempreendedores individuais a manter contabilidade formal e a produzir balanço patrimonial, não poderá a Administração impor tal obrigação para fins de participação em licitação, com fundamento na norma genérica contida no art. 31, I, Lei nº. 8.666/93.

SEÇÃO IV – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7. Os produtos deverão ser entregues em local e condições definidos nas Ordens de Compras, nas quais constarão o endereço do local.





- 7.1. Os produtos deverão ser entregues, semanalmente, de acordo com a requisição do Departamento de Compras da Câmara Municipal de Piumhi/MG.
- 7.2. Na nota fiscal deverá constar o local de entrega, ou seja, deve-se identificar o nome da entidade recebedora dos produtos.
- 7.3. Concluída a entrega dos produtos, o recebimento dos mesmos dar-se-á por meio de vistoria conjunta realizada pela adjudicatária e por funcionário devidamente habilitado do Departamento requisitante.

SEÇÃO V - DO CREDENCIAMENTO E DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

8. As licitantes deverão encaminhar os documentos para credenciamento e os envelopes "Proposta de Preços" e "Documentos de Habilitação" até o horário marcado para abertura da sessão que realizar-se-á na data mencionada no preâmbulo deste edital.

8.1. CREDENCIAMENTO

- 8.1.1. As licitantes deverão apresentar fora dos envelopes os seguintes documentos:
- 8.1.1.1. Declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.
- 8.1.2. As licitantes enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte deverão declarar que atendem aos requisitos da Lei Complementar n.º 123/2006 com as alterações introduzidas pela LC 147/2014, para fazer jus aos benefícios previstos nestas Leis, por meio de certidão emitida pela Junta Comercial, na formada Instrução Normativa nº. 103 de 30 de abril de 2007, do Departamento Nacional de Registro de Comércio DNRC ou outro órgão equivalente, devendo ocorrer quando do credenciamento, sob pena de não aplicação de seus efeitos.
- 8.1.2.1. A certidão apresentada após o dia 31 de janeiro do corrente ano deverá, obrigatoriamente, ter sido emitida no exercício em curso.
- 8.1.3. Em se tratando de credenciamento de sócios, as licitantes deverão apresentar Contrato Social em vigor e/ou última alteração acompanhados de documentos de identidade contendo RG e CPF.
- 8.1.4. Em se tratando de credenciamento de representantes para o ato de abertura deste certame as licitantes deverão apresentar procuração e/ou Termo de Credenciamento conforme modelo anexo acompanhados de documentos de identidade contendo RG e CPF.
- 8.1.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta e/ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará as licitantes às sanções previstas neste Edital.
- 8.1.6. As MEI's estarão dispensadas da apresentação de Certidão Simplificada da Junta Comercial, desde que comprovada esta condição de microempreendedor individual CCMEI, de acordo com a Resolução nº. 16/2009 do CGSIM.



8.2. PROPOSTA DE PREÇOS

8.2.1. As licitantes deverão encaminhar 01 (um) envelope lacrado contendo somente a proposta consignando de forma expressa na proposta: "menor preço por item", já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto, com a identificação deste certame bem como da proponente, conforme mostrado abaixo:

ENVELOPE Nº. 01 (Nome do Licitante) PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2019 PROPOSTA DE PREÇOS

- 8.3. Serão desclassificadas as propostas que apresentem preços totais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero.
- 8.4. Nos preços propostos para os serviços, deverão estar incluídas todas as taxas pertinentes à contratação de funcionários, lucros e toda e qualquer despesa necessária para a regularidade na execução do contrato.
- 8.5. Ocorrendo discrepância entre preços unitários e parciais ou entre parciais e subtotais ou, ainda, entre estes e o total, prevalecerão sempre os primeiros, devendo a Pregoeira proceder às correções necessárias. No caso de divergência entre os valores em algarismos e por extenso, prevalecerão os últimos.
- 8.6. Serão corrigidos automaticamente pela Pregoeira quaisquer erros de soma e/ou multiplicação.
- 8.7. As propostas terão validade de **60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.
- 8.8. Até abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.
- 8.9. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

SEÇÃO VI – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 9. A abertura da sessão pública deste **Pregão**, conduzida pela Pregoeira ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital.
- 9.1. Durante a sessão pública, a comunicação entre a Pregoeira e as **licitantes** ocorrerá exclusivamente sobre esta licitação.
- 9.2. Cabe às **licitantes** acompanharem atenciosamente a sessão pública do **Pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer quesito.



SEÇÃO VII – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 10. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 10.1. Somente as **licitantes** com propostas classificadas participarão da fase de lances.

SEÇÃO VIII - DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 11. Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão ofertar lances sucessivos, os quais, uma vez apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento, serão de exclusiva e total responsabilidade de cada **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 11.1. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, a **licitante** que ofertar o valor mais baixo e as com ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.
- 11.2. Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as **licitantes** das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.
- 11.3. No curso da sessão, as **licitantes** das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados, individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até proclamação do vencedor.
- 11.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio, para determinação da ordem de oferta dos lances.
- 11.5. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à **licitante**, na ordem decrescente dos preços, sendo admitida à disputa para toda a ordem de classificação.
- 11.6. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.
- 11.7. Serão desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.
- 11.8. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se as **licitantes** desistente às penalidades previstas neste Edital.
- 11.9. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocada pela Pregoeira, implicará a exclusão da **licitante** da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas.
- 11.10. Caso não se realize lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação,



Rua Visconde de Ouro Preto, 435 - Centro - CEP 37925-000 - PIUMHI-MG CNPJ: 04.889.589/0001-81 E-mail: camara.piumhi@terra.com.br Telefax: (37) 3371-1551 e 3371-1384 Site: www.piumhi.mg.leg.br

podendo a Pregoeira negociar diretamente com a **licitante** para que seja obtido preço melhor.

11.11. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pela Pregoeira, as **licitantes** manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

SEÇÃO IX – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (LC 147 DE 07 DE AGOSTO DE 2014)

- 12. Da definição de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte (LC 123/2006): "Art. 3º. Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:
 - I no caso da microempresa, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e
 - II no caso da empresa de pequeno porte, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais)."
- 12.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 12.1.1. A não regularização da documentação, no prazo previsto na subcondição anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará à Pregoeira convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.
- 12.2. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte
- 12.3. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- 12.4. No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável a microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal.





- 12.5. Para o cumprimento do disposto no art. 47 da Lei Complementar 123/2006, a administração pública:
- I deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);
- II poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte;
- III deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

SEÇÃO X - DA NEGOCIAÇÃO

13. A Pregoeira poderá negociar contraproposta diretamente à **licitante** que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, podendo ser acompanhada pelas demais **licitantes**.

SEÇÃO XI - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

- 14. Para as **licitantes** que abandonarem o certame serão considerados o último lance apresentado ou a proposta escrita.
- 14.1. A Pregoeira examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.
- 14.2. A Pregoeira poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Câmara Municipal de Piumhi/MG ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- 14.3. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- 14.4. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade das **licitantes**, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
- 14.5. A Pregoeira poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitarem de ajustes aos valores estimados pela Câmara.
- 14.6. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste **Pregão**.





- 14.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei Federal n.º 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:
- a) questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
- b) consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- c) pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- d) verificação de outros contratos que a proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- e) pesquisa de preços com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- f) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pela proponente;
- g) levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- h) estudos setoriais;
- i) demais verificações que porventura se fizerem necessárias.
- 14.8. Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pela Pregoeira.

SEÇÃO XII - DO FORNECIMENTO

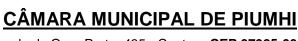
15. Exigir-se-á que o fornecimento seja prestado com qualidade nos termos deste Edital.

SEÇÃO XIII - DA HABILITAÇÃO

16. As licitantes deverão encaminhar 01 (um) envelope lacrado contendo o Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Câmara Municipal de Piumhi/MG ou a documentação exigida neste Edital especificada na "SEÇÃO III - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO", bem como as Declarações abaixo relacionadas, com a identificação deste certame bem como da proponente, conforme abaixo:

ENVELOPE Nº. 02 (Nome do Licitante) PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2019 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

16.1. A habilitação das licitantes poderá ser verificada por meio do Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Câmara de Piumhi ou por meio de





Rua Visconde de Ouro Preto, 435 - Centro - CEP 37925-000 - PIUMHI-MG CNPJ: 04.889.589/0001-81 E-mail: camara.piumhi@terra.com.br Telefax: (37) 3371-1551 e 3371-1384 Site: www.piumhi.mg.leg.br

documentos apresentados comprobatórios dos requisitos legais e da documentação complementar especificada neste Edital.

- 16.2. As licitantes que não atenderem às exigências de habilitação do Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Câmara de Piumhi deverão apresentar documentos que supram tais exigências.
- 16.3. As licitantes deverão apresentar ainda as Declarações relacionadas abaixo sob pena de inabilitação e de estarem sujeitas às penalidades cabíveis:
- 16.3.1. de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;
- 16.3.2. de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;
- 16.3.3. de que concorda com os termos do Edital.
- 16.4. A Pregoeira e a Equipe de Apoio poderão consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores e certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes.
- 16.5. As licitantes inscritas no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Câmara de Piumhi, cujos documentos que não estejam contemplados em arquivo, deverão ser remetidos dentro do envelope de habilitação.
- 16.6. Os documentos remetidos deverão ser em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, pela Pregoeira ou por qualquer membro da equipe de apoio.
- 16.7. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.
- 16.8. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.
- 16.9. Se a proposta não for aceitável, ou se as licitantes não atenderem às exigências de habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.
- 16.10. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

SEÇÃO XIV - DO RECURSO

- 17. Declarada a vencedora, qualquer **licitante** poderá, de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recurso.
- 17.1. A falta de manifestação autoriza a Pregoeira a adjudicar o objeto à vencedora.
- 17.2. A Pregoeira examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a.
- 17.3. A **licitante** que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso no prazo de 05 (cinco) dias, ficando as demais **licitantes**, desde logo,



intimadas a apresentarem contrarrazões, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

- 17.4. Para efeito do disposto no § 5º do artigo 109 da Lei nº. 8.666/1993, fica a vista dos autos franqueada aos interessados.
- 17.5. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pela Pregoeira serão apreciados pela autoridade competente.
- 17.6. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

SEÇÃO XV - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 18. O objeto deste **Pregão** será adjudicado pela Pregoeira, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá a autoridade competente para homologação.
- 18.1. A homologação deste **Pregão** compete ao Presidente da Câmara Municipal de Piumhi/MG.
- 18.2. O objeto deste Pregão será adjudicado às licitantes vencedoras por item.

SEÇÃO XVI – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 19. Homologado o resultado da licitação, o Departamento de Licitações, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedoras a serem registradas, convocará as interessadas para assinatura da Ata de Registro de Preços que, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.
- 19.1. A Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada à detentora do Registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.
- 19.2. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pela beneficiária do Registro, quando a Administração optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não a Ata de Registro de Preços, e o preço cotado neste, for igual ou superior ao registrado.
- 19.3. O desconto registrado e as respectivas fornecedoras serão divulgados em veículo oficial e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
- 19.4. A Administração monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.





- 19.5. A Administração convocará a fornecedora para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima deste.
- 19.6. Caso seja frustrada a negociação, a fornecedora será liberada do compromisso assumido.
- 19.7. Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, a fornecedora poderá ser liberada do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamentado e apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, etc.), que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado.
- 19.8. Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta da fornecedora e aquele vigente no mercado à época do Registro equação econômico-financeira.
- 19.9. Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Administração para determinado Item.
- 19.10. Não havendo êxito nas negociações com a primeira colocada, a Administração poderá convocar as demais fornecedoras classificadas, nas mesmas condições ou revogar a Ata de Registro de Preços ou parte dela.
- 19.11. As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas trimestralmente em jornal oficial.

SEÇÃO XVII - DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 20. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na legislação federal e/ou municipal pertinentes.
- 20.1. Caberá à fornecedora beneficiária da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
- 20.2. QUALQUER ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DEVERÁ SER PREVIAMENTE COMUNICADA À CÂMARA MUNICIPAL DE PIUMHI/MG.



SEÇÃO XVIII - DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

- 21. Depois de registrados os preços deste **Pregão**, as **licitantes vencedoras** serão convocadas para assinatura do Contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 21.1. O prazo para a assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelas **licitantes vencedoras** durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração Municipal.
- 21.2. Por ocasião da assinatura do Contrato, verificar-se-á por meio do Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Câmara de Piumhi e de outros meios se as **licitantes vencedoras** mantêm as condições de habilitação.
- 21.3. Quando as **licitantes** convocadas não assinarem o Contrato no prazo e nas condições estabelecidos, poderão ser convocadas outras **licitantes** para assinarem o Contrato, após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.
- 21.4. O Contrato é facultativo nos casos em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

SEÇÃO XIX - DAS SANÇÕES

- 22. A CONTRATADA será punida com o impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e ser descredenciado no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Câmara Municipal de Piumhi/MG, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e demais cominações legais, nos seguintes casos:
- a) apresentação de documentação falsa;
- b) retardamento da execução do objeto;
- c) falhar na execução do contrato;
- d) fraudar na execução do contrato;
- e) comportamento inidôneo;
- f) declaração falsa;
- g) fraude fiscal.
- 22.1. Para os fins da subcondição, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei Federal nº. 8.666/93.
- 22.1.1. Para condutas descritas nos itens 19.1, 19.4, 19.5, 19.6 e 19.7 será aplicada multa de no máximo 5% (cinco por cento) do valor do contrato.
- 22.2. Para os fins dos itens 19.2 e 19.3, poderá ser aplicada multa nas seguintes condições, isolada ou cumulativamente:
- a) multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do evento, por hora ou fração de hora de atraso na entrega dos produtos e/ou serviços, requeridos nos prazos e





condições definidos nas ordens de serviços (OS) para o evento, até o máximo de 20% (vinte por cento), por ocorrência;

- b) multa de, no máximo, 20% (vinte por cento) do valor do evento no caso de inexecução parcial do contrato ou de descumprimento de obrigação contratual;
- c) as ocorrências descritas nos subitens 19.9.1 e 19.9.2 poderão implicar na rescisão unilateral do contrato;
- d) multa de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.
- 22.3. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA.
- 22.3.1. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.
- 22.3.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

SEÇÃO XX - DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 23. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o ato convocatório deste **Pregão** mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico compras@camarapiumhi.mg.gov.br até às 17:00 horas, no horário oficial de Brasília-DF.
- 23.1. A Pregoeira, auxiliada pelo setor técnico competente, responderá a solicitação de esclarecimentos e decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 23.2. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 23.3. As respostas aos esclarecimentos solicitados e às impugnações serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.
- 23.4. Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital a licitante que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital até o segundo dia útil que anteceder à data de realização do Pregão. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

SEÇÃO XXI – DO REAJUSTE

24. Considerado o prazo de validade para licitação de sistema de registro de preços, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de



Rua Visconde de Ouro Preto, 435 - Centro - CEP 37925-000 - PIUMHI-MG CNPJ: 04.889.589/0001-81 E-mail: camara.piumhi@terra.com.br Telefax: (37) 3371-1551 e 3371-1384 Site: www.piumhi.mg.leg.br

Preços, ressalvados os casos de revisão de registro a que se refere o Decreto instituidor do Registro de Preços.

24.1. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

SEÇÃO XXII - DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

- 25. O CONTRATANTE realizará o pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, contado da prestação do serviço e/ou entrega de produtos ou materiais e da apresentação do documento fiscal correspondente, acompanhados da(s) respectiva(s) ordem(ns) de serviços e/ou compras.
- 25.1. O CONTRATANTE realizará a retenção dos tributos na forma da legislação tributária aplicável, com base no valor bruto do documento fiscal emitido pela CONTRATADA.
- 25.2. O pagamento será realizado por meio cheque e/ou de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA.
- 25.3. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA caso exista pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas:
- 25.3.1. quanto à Justiça do Trabalho e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- 25.3.2. atestação pelo fiscal do contrato sobre a conformidade do serviço executado;
- 25.3.3. O descumprimento, pela CONTRATADA, do estabelecido acima não lhe gera direito a alteração de precos ou compensação financeira.
- 25.4. O CONTRATANTE, observados, se cabíveis, os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela mesma, nos termos deste contrato.

SEÇÃO XXIIII – DISPOSIÇÕES FINAIS

- 26. Ao Presidente da Câmara Municipal de Piumhi/MG compete anular este **Pregão** por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.
- 26.1. A anulação do **Pregão** induz à do contrato.
- 26.2. As **licitantes** não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 26.3. É facultado à Pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase deste **Pregão**, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do





processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

- 26.4. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.
- 26.5. Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste **Pregão**.
- 26.6. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não será superior a 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº. 8.666, de 1993. (Art. 12 do Decreto Federal nº. 7.892/2013).
- 26.6.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993. (Art. 12 § 1º do Decreto Federal nº. 7.892/2013).
- 26.6.2. A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993. (Art. 12 § 2º do Decreto Federal nº. 7.892/2013).
- 26.6.3. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993. (Art. 12 § 3º do Decreto Federal nº. 7.892/2013).
- 26.6.4. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços. (Art. 12 § 4º do Decreto Federal nº. 7.892/2013).
- 26.7. Em caso de divergência entre normas infra legais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.
- 26.8. Este **Pregão** poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência da Administração da Câmara Municipal, sem prejuízo do disposto no art. 4º, inciso V, da Lei Federal nº. 10.520/2002.
- 26.9. A falta de quaisquer documentos e Anexos deste Edital que deverão compor o acervo de documentação exigida para participação no certame implicará na inabilitação das licitantes.

SEÇÃO XXIV - DO FORO

27. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Piumhi/MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Piumhi/MG, 11 de julho de 2019.

Márcia Valéria Paula Pregoeira



PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 003/2019 EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2019 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 003/2019

TERMO DE REFERÊNCIA

SETOR REQUISITANTE: ADMINISTRAÇÃO

1 - OBJETO: conforme descrição a seguir:

Item	Unidade	Quantidade	Descrição	Valor Unitário Médio	Valor Total Médio
1	unidade	3	SCANNER DE DOCUMENTOS - Resolução ótica de saída de 300 dpi ou superior - Ciclo de trabalho diário: 1500 ou superior - Alimentador automático de papéis - Capacidade de digitalização por frente e verso (Duplex) - Tensão de funcionamento: 110VAC ou bivolt ou autovolt - Cabo de alimentação elétrica com plug no padrão brasileiro (NBR 14136) - Conectividade USB 2.0 - Formato de saída: PDF ou PDF/JPG - Tipo de papel de alimentação: papel comum, documentos de identificação, A4 - Compatibilidade com Sistema Operacional: Windows® 7, 10 - Itens inclusos: Cabo de conexão USB, manual em português e drivers de instalação - Garantia: 1 ano	R\$ 2.604,3333	R\$ 7.813,0000
2	unidade	1	IMPRESSORA - Tipo: Laser monocromática - Velocidade de impressão: 15 ppm ou maior - Conectividade: no mínimo, USB 2.0 e Wireless - Tipos de papel: Comum (A4), cheques, etiquetas e envelopes - Tensão de funcionamento: 110 VAC ou ser bivolt e autovolt - Cabo de alimentação elétrica com plug no padrão brasileiro (NBR 14136) - Compatibilidade com Sistema Operacional: Windows® 7, 10 - Garantia: 1 ano	R\$ 1.616,0000	R\$ 1.616,0000



3	unidade	1	COMPUTADOR HARDWARE - Computador Pessoal do tipo desktop - Processador com no mínimo 4 núcleos físicos - Frequência de clock real igual ou superior a 3.0 GHz - Memória RAM: 16 GB - DDR3 ou superior - Disco rígido (HD): 1 TB ou superior - Drive DVD-RW - Vídeo para múltiplos monitores (VGA + HDMI) - Rede Ethernet Gigabit padrao IEEE 802.3 - Placa mãe com, no mínimo, 2 slots PCI-express livres, 4 slots de memória RAM, 4 portas USB traseiras e 2 frontais - Fonte de alimentação: ATX mínimo de 500W Real (Tensão 110-220 VAC, 50-60Hz) - Teclado ABNT-2 com, no mínimo, 105 teclas - Mouse ótico com scroller - Monitor LED de, no mínimo, 19" - Cabos de alimentação para Monitor e Fonte com plug no padrão brasileiro (NBR 14136) SOFTWARE - Microsoft Windows 10 Pro - Microsoft Office 2019 Home & Business 64 bits - Garantia: 1 ano on-site	R\$ 5.756,0733	R\$ 5.756,0733
4	unidade	5	TECLADO - Conexão USB - Tensão de entrada: 5 VDC - Padrão ABNT 2 com, no mínimo, 105 teclas - Compatibilidade com Sistema Operacional: Windows® 7, 10	R\$ 48,6667	R\$ 243,3333
5	unidade	10	MOUSE - Conexão USB - Mouse ótico com, no mínimo, 2 botões e scroller - Compatibilidade com Sistema Operacional: Windows® 7, 10	R\$ 20,0000	R\$ 200,0000
6	unidade	1	APARELHO CELULAR Smartphone com: - Armazenamento interno de 32 GB ou superior - Memória RAM de 2 GB ou superior - Tela de 5,5" ou maior - Câmera traseira de 13 MP ou superior - Câmera frontal de 5 MP ou superior - Processador Quad-Core ou Octa-Core - Tecnologia 3G/4G/Wi-Fi - Dual-chip (suporte para 2 chips) - Suporte para cartão SD (simultâneo aos 2 chips) - Marca Samsung ou de melhor qualidade	R\$ 1.144,6667	R\$ 1.144,6667

2 - DA AMOSTRA

Será exigido do licitante na fase de abertura e julgamento das propostas comerciais, à apresentação do prospecto dos produtos cotados, para cada um dos lotes constantes no Termo de Referência, demonstrando, além da imagem do



produto, todas as suas especificações, de forma a viabilizar a comparação com a descrição do objeto desse certame.

3- DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITVO

- **3.1 Do Recebimento Provisório:** o recebimento provisório dos produtos, darse-á por servidor da Câmara Municipal de Piumhi, juntamente com o profissional técnico em informática, terceirizado da Câmara Municipal de Piumhi, os quais procederão à análise e conferência individual dos equipamentos entregues pela adjudicatária no prazo previsto no edital, emitindo-se termo de recebimento provisório para a licitante vencedora, que aguardará pelo prazo de 15 (quinze) dias úteis a conclusão da análise e conferência dos equipamentos.
- **3.2 Do Recebimento Definitivo:** após a realização dos procedimentos descritos no subitem 3.1 e, tendo sido constatada a regularidade dos equipamentos recebidos provisoriamente pelo servidor e profissional técnico indicados pela Câmara, será emitido termo de recebimento definitivo pela Pregoeira e Equipe de Apoio, com base no laudo de vistoria fornecido pelo profissional técnico.

Constatando irregularidade ou desconformidade do equipamento apresentado em relação às especificações constantes deste Termo de Referência, a adjudicatória será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, substituir o equipamento indicado, procedendo a entrega de novo produto na forma apresentada na proposta vencedora e deste Termo de Referência, sob pena de não o fazendo ser declarada inidônea e impedida de participar de licitação, nos termos da Lei nº. 8.666/93.

- * Os produtos deverão ser entregues na sede da Câmara Municipal, no endereço indicado nas Ordens de Compras.
- * Os produtos deverão ser entregues de acordo com a requisição do departamento de compras.
- **OBS 1:** Os itens deverão ser de primeira qualidade e dentro do prazo de validade especificado pelo fabricante/indústria.
- **OBS 2:** Os produtos que não atenderem à exigência acima serão devolvidos às fornecedoras e, imediatamente, substituídos, correndo por conta exclusiva da Contratada as despesas com o transporte decorrente deste procedimento.
- **OBS 3**: A empresa deverá apresentar garantia mínima de 90 (noventa) dias, a contar da data do recebimento definitivo do material, sendo substituídos, se não estiverem de acordo com as especificações técnicas, os materiais que, dentro deste prazo, apresentarem defeitos de fabricação, excluídas as que forem motivadas pelo gasto ordinário, por abuso, por negligência ou por maltrato dos materiais.



Rua Visconde de Ouro Preto, 435 - Centro - CEP 37925-000 - PIUMHI-MG CNPJ: 04.889.589/0001-81 E-mail: camara.piumhi@terra.com.br Telefax: (37) 3371-1551 e 3371-1384 Site: www.piumhi.mg.leg.br

4 - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

4. 1 - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

- a) Fornecer os produtos em conformidade com este Termo de Referência;
- b) Cumprir com os prazos de fornecimento determinados no Edital;
- c) Responsabilizar-se, integralmente, pela execução do objeto, conforme legislação vigente;
- d) Submeter-se à fiscalização da Câmara, através do setor competente, que acompanhará a entrega dos produtos para verificação da qualidade, orientando, fiscalizando e intervindo ao seu exclusivo interesse, com a finalidade de garantir o exato cumprimento das condições pactuadas;
- e) Cumprir, além dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual e municipal, as normas da Câmara;
- f) As penalidades ou multas impostas pelos órgãos competentes pelo descumprimento das disposições legais que regem a execução do objeto do presente Termo serão de inteira responsabilidade da Contratada, devendo, se for o caso, obter licenças, providenciar pagamento de impostos, taxas e serviços auxiliares;
- g) Arcar com todos os ônus necessários de transportes, fretes e despesas com o descarregamento dos produtos;
- h) Demais obrigações e responsabilidades previstas pela Lei Federal nº. 8.666/93 e demais legislações pertinentes.

4.2 - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE (CÂMARA):

- a) Exercer a fiscalização da execução do objeto, na forma prevista pela Lei Federal nº. 8.666/93;
- b) Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre irregularidades observadas nos produtos;
- c) Disponibilizar todas as informações necessárias para a correta execução do objeto.
- * A especificação dos produtos é de responsabilidade exclusiva do Setor Requisitante, não sendo atribuída à Pregoeira e equipe de apoio quaisquer culpabilidades neste sentido.

Piumhi/MG, 11 de julho de 2019.



ANEXO I MODELO DE RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL (PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE) Processo Licitatório nº. 003/2019 Pregão Presencial nº. 003/2019

Razão Social:		
CNPJ nº:		
Endereço:		
E-mail:		
	Estado:	
	Fax:	
Pessoa para contato: _		
Recebemos, nesta di identificada.	ata, cópia do instrumento convocatório	o da licitação acima
Local:	, de	_ de 2019.
	Assinatura	
Nome: CPF:		
identidade	i	
conceituada empresa, encontra na sede da C cidade de Piumhi/MG, compras@camarapium	o futura entre a Câmara Municipal de solicito o preenchimento do recibo de en âmara, situada à Rua Visconde de Ouro e envio ao Departamento de Licitações p nhi.mg.gov.br. A não remessa do re tuais retificações ocorridas no instrumen ormações adicionais.	trega do Edital que se Preto, 435, Centro, na por meio do <i>e-mail</i> ecibo exime-nos da
Atenciosamente,		
	Márcia Valéria Paula	
	Pregoeira	



ANEXO II MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE) Processo Licitatório nº. 003/2019 Pregão Presencial nº. 003/2019

Formulamos Proposta Comercial, sendo:

OBJETO: conforme descrição a seguir:

ltem	Unidade	Quantidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	unidade	3	SCANNER DE DOCUMENTOS - Resolução ótica de saída de 300 dpi ou superior - Ciclo de trabalho diário: 1500 ou superior - Alimentador automático de papéis - Capacidade de digitalização por frente e verso (Duplex) - Tensão de funcionamento: 110VAC ou bivolt ou autovolt - Cabo de alimentação elétrica com plug no padrão brasileiro (NBR 14136) - Conectividade USB 2.0 - Formato de saída: PDF ou PDF/JPG - Tipo de papel de alimentação: papel comum, documentos de identificação, A4 - Compatibilidade com Sistema Operacional: Windows® 7, 10 - Itens inclusos: Cabo de conexão USB, manual em português e drivers de instalação - Garantia: 1 ano		
2	unidade	1	IMPRESSORA - Tipo: Laser monocromática - Velocidade de impressão: 15 ppm ou maior - Conectividade: no mínimo, USB 2.0 e Wireless - Tipos de papel: Comum (A4), cheques, etiquetas e envelopes - Tensão de funcionamento: 110 VAC ou ser bivolt e autovolt - Cabo de alimentação elétrica com plug no padrão brasileiro (NBR 14136) - Compatibilidade com Sistema Operacional: Windows® 7, 10 - Garantia: 1 ano		



3	unidade	1	COMPUTADOR HARDWARE - Computador Pessoal do tipo desktop - Processador com no mínimo 4 núcleos físicos - Frequência de clock real igual ou superior a 3.0 GHz - Memória RAM: 16 GB - DDR3 ou superior - Disco rígido (HD): 1 TB ou superior - Drive DVD-RW - Vídeo para múltiplos monitores (VGA + HDMI) - Rede Ethernet Gigabit padrao IEEE 802.3 - Placa mãe com, no mínimo, 2 slots PCI-express livres, 4 slots de memória RAM, 4 portas USB traseiras e 2 frontais - Fonte de alimentação: ATX mínimo de 500W Real (Tensão 110-220 VAC, 50-60Hz) - Teclado ABNT-2 com, no mínimo, 105 teclas - Mouse ótico com scroller - Monitor LED de, no mínimo, 19" - Cabos de alimentação para Monitor e Fonte com plug no padrão brasileiro (NBR 14136) SOFTWARE - Microsoft Windows 10 Pro - Microsoft Office 2019 Home & Business 64 bits - Garantia: 1 ano on-site	
4	unidade	5	TECLADO - Conexão USB - Tensão de entrada: 5 VDC - Padrão ABNT 2 com, no mínimo, 105 teclas - Compatibilidade com Sistema Operacional: Windows® 7, 10	
5	unidade	10	MOUSE - Conexão USB - Mouse ótico com, no mínimo, 2 botões e scroller - Compatibilidade com Sistema Operacional: Windows® 7, 10	
6	unidade	1	APARELHO CELULAR Smartphone com: - Armazenamento interno de 32 GB ou superior - Memória RAM de 2 GB ou superior - Tela de 5,5" ou maior - Câmera traseira de 13 MP ou superior - Câmera frontal de 5 MP ou superior - Processador Quad-Core ou Octa-Core - Tecnologia 3G/4G/Wi-Fi - Dual-chip (suporte para 2 chips) - Suporte para cartão SD (simultâneo aos 2 chips) - Marca Samsung ou de melhor qualidade	

Outras informações:

1.1 – Valor total da proposta:	
1.2 – Prazo de validade da proposta:	
1.3 – Prazo de entrega	



1.4 – Os preços propostos incluem todas as despesas diretas, indiretas, impostos, benefícios, tributos, contribuições, seguros, transporte, licenças e outros custos relacionados com o fornecimento.

Local:	, de	de 2019.
	Assinatura	
Namai		
Nome: CPF:		
Identidade:		



ANEXO III MODELO DE DOCUMENTO PARA CREDENCIAMENTO (PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE) Processo Licitatório nº. 003/2019 Pregão Presencial nº. 003/2019

À Câmara Municipal de Piumhi/MG

	inscrita no	CNP.1 sob o nº	
com sede na cida , nº	ade de . , bairro		, à Rua interessada em
participar do Processo Lici através de seu(ua) repre brasileiro, cargo:	tatório em epígrafe, ir	istaurado por esta C	âmara Municipal.
portador(a) do CPF nº. representá-la perante es outorgando-lhe expressos quanto à intenção de recodireito de interpor recurso certame em referência.	poderes para formula rrer das decisões da	ação de lances verba Pregoeira, desistênd todos os demais a	ais, manifestação cia e renúncia ao
·	, de	·	2019.
	Assinatura	<u> </u>	
Nome: CPF: Identidade:			



ANEXO IV MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CONCORDA COM TODOS OS TERMOS ESTABELECIDOS NESTE EDITAL (PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE) Processo Licitatório nº. 003/2019 Pregão Presencial nº. 003/2019

A Câ	mara Mun	icipal	de Piumhi	MG.					
com	sede	na	cidade	de		CNPJ sob o		à	Rua
Câm		pal, d	eclara ,sol	rocesso	o Licitatóri	o em epígra que concord			
Por s	er express	são da	a verdade,	firmamo	os o prese	nte.			
	Lo	cal: _			de		de 2019.		
		_		As	ssinatura				
	lden	Nom CP	F:						



ANEXO V MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO (PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE) Processo Licitatório nº. 003/2019 Pregão Presencial nº. 003/2019

À Câr	nara Munic	ipal d	e Piumhi/	MG.					
				ins	scrita no Cl	NPJ sob (o n ^o .		
com	sede	na	cidade	, de , nº.		bairro	o nº, /,	à	Rua
intere Câma	ssada em Ira Municip	partic pal, c	ipar do F leclara so	rocesso b as	o Licitatório	em epígr lei, preen	afe, instaura cher todos	ado po	r esta
	Por ser ex	press	ão da vei	rdade, fi	rmamos o _l	oresente.			
	Loca	al:			de		de 2019.		
				As	ssinatura				
	l Identi	Nome CPF	:				_		



ANEXO VI MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE (PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE) Processo Licitatório nº. 003/2019 Pregão Presencial nº. 003/2019

À Câmara Municipal de Piumhi/MG.

com	sede	na	cidade	, ins de . r	scrita no CN	NPJ sob o	nº,	à	, Rua
Câma sua	ara Munici _l	parti pal, d e a	cipar do P eclara, sot obrigação	rocesso as pe	o Licitatório nas da lei, a	em epígra a inexistênc	fe, instaurac cia de fato il ència de qu	do poi mpedi	r esta itivo à
	Por ser e	xpres	são da ver	dade, f	rmamos o p	resente.			
	Loc	cal:		, _	de		_ de 2019.		
		_		As	ssinatura				
	lden	Nom CP tidad	F:				_ _		



ANEXO VII MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR (PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE)

Processo Licitatório nº. 003/2019 Pregão Presencial nº. 003/2019

				, ir	nscrita no	CNPJ	sob o n	٥.		
com	sede	na	cidade	de	nscrita no			_/	_, à	Rua
				,	nº	, ba	airro			,
		•	cipar do F				. •		•	
			através							
				_, bras	ileiro, car	go:		\/\/\/\/\	_, decla	ra, sob
			e, em cum	•		•				
	•		ública e in pela Lei							
	•		prega mei			•	-	•		
			de 16 (dez		•	,				_
			de 14 (qua		,	900.90	o. naba		5 ma 55	i i di galo
	Lo	ocal:			de _			de 2019	Э.	
		_		Δ	ssinatur	a				
		Nome	-							
		CPI								
	lder	ntidade	9 :							



ANEXO VIII MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE)

Processo Licitatório nº. 003/2019 Pregão Presencial nº. 003/2019

	. inscrita no CNPJ se	ob o nº,
por intermédio de seu repres	entante legal o(a) Sr.(a)	
da Lei, que é microempre enquadramento previsto no dezembro de 2006, cujo terr exercer o direito de preferêr	esa ou empresa de peq artigo 3º da na Lei Complei nos declaro conhecer na ín ncia como critério de desen 2 ao 49 da LC 123, inexistin	, DECLARA, sob as penas ueno porte, nos termos do mentar nº. 123/2006, de 14 de tegra, e está apta, portanto, a pate no certame em epígrafe do impedimentos previstos no
Local:	, de	de 2019.
	Assinatura	
Nome: CPF:		
Identidade:		



Rua Visconde de Ouro Preto, 435 - Centro - CEP 37925-000 - PIUMHI-MG CNPJ: 04.889.589/0001-81 E-mail: camara.piumhi@terra.com.br Telefax: (37) 3371-1551 e 3371-1384 Site: www.piumhi.mg.leg.br

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 003/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2019 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 003/2019

/2019

ATA Nº.

Aos () dias do mê	s de	de 2019,	no Departa	mento
de Licitações da C	âmara Municipal de	Piumhi/MG, s	situada na Rua '	Visconde de	Ouro
Preto, 435, Centro	, na cidade de Pium	hi/MG, Cep:	37.925.000, o E	Exmo. Sr. A	ntônio
Astésio Tavares, r	na forma da Lei Fed	eral n.º 10.52	20/2002 , do De	creto Legis	lativo
nº. 001/2009, Dec	reto Federal nº. 7.8	392/2013, e I	Lei Compleme	ntar n.º 123	/2006
com as alteraçõ	ões introduzidas	pela Lei C	omplementar	n.º 147/20	14 e,
subsidiariamente,	da Lei Federal n.º	8.666/1993 e	de outras norr	nas aplicávo	eis ao
objeto deste certa	ıme, por deliberação	da Pregoei	ra e equipe de	apoio, e p	or ele
homologada confo	rme processo em ep	oígrafe, <i>RES</i>	OLVE registrar o	os preços pa	ara os
fornecimentos con	nstantes nos anexos	desta Ata,	tendo como Do	etentora (s)	a (s)
empresa (s)		, lc	ocalizada à Ru	ıa/Av	,
n°, bairro	, na cidade de	/,	cujo CNPJ é		,
neste ato represen	itado por	, por	tador(a) do CPF	⁼ nº	e
RG	, conforme aba	ixo:			

01. DO OBJETO:

I – Registro de Preços para aquisição de computador, aparelho celular e equipamentos de informática para a área administrativa do Poder Legislativo de Piumhi/MG, conforme quantidades e especificações constantes no Termo de Referência e Mapa de Apuração.

02. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- I Esta Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura.
- II Nos termos do art. 15, parágrafo 4º, da Lei Federal nº. 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº. 8.883/94, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a adquirir os produtos referidos nesta Ata.
- III Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal nº. 8.666/93, com as alterações que lhe foram impostas pela Lei Federal nº. 8.883/94, a presente Ata de Registro de Preços será cancelada, garantidos às suas detentoras, o contraditório e a ampla defesa.



03. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I - Esta Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, para aquisições do respectivo objeto, por todos os Órgãos da Administração direta e indireta do Município de Piumhi/MG.

04. DOS PREÇOS

- I Os preços ofertados pela empresa signatária desta Ata de Registro de Preços, são os constantes dos seus anexos de acordo com a respectiva classificação no processo em epígrafe.
- **II -** Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas as disposições da legislação pertinente, assim como as cláusulas e condições constantes do Edital do processo em epígrafe, que integra o presente instrumento de compromisso.
- **III -** Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas, no processo em epígrafe, pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

05. DA FORMA, PRAZO DE FORNECIMENTO E GARANTIA DOS MATERIAIS

- I A Contratada deverá entregar o objeto no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da hora do recebimento da Ordem de Compras a ser emitida pelo Departamento requisitante.
- II No ato da entrega os produtos serão previamente vistoriados por servidor designado do Almoxarifado, no tocante às especificações.
- **III -** Todo produto que apresentar defeito de fabricação/validade deverá ser substituído no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir da data da notificação a ser emitida pela Câmara Municipal de Piumhi/MG Departamento de Requisitante.
- IV A empresa vencedora deverá atender rigorosamente os prazos e condições determinados para a entrega/execução do objeto, que deverá ser feito de acordo com o constante na Ata de Registro de Preços e na respectiva Ordem de Compras, correndo por conta da Contratada despesas de transporte, alimentação dos funcionários, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e todos os demais custos decorrentes da entrega dos materiais.
- **V** O objeto desta licitação deverá atender todas as condições e normas legais vigentes.

06. DO PAGAMENTO

 I - O CONTRATANTE realizará o pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, contado da prestação do serviço e/ou entrega de produtos ou materiais e da apresentação do





documento fiscal correspondente, acompanhados da(s) respectiva(s) ordem(ns) de serviços e/ou compras.

- **II -** O CONTRATANTE realizará a retenção dos tributos na forma da legislação tributária aplicável, com base no valor bruto do documento fiscal emitido pela CONTRATADA.
- III O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA.
- **IV -** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA caso exista pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas:
- **a)** quanto à Justiça do Trabalho e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
 - b) testação pelo fiscal do contrato sobre a conformidade do serviço executado;
- **c)** descumprimento, pela CONTRATADA, do estabelecido acima não lhe gera direito a alteração de preços ou compensação financeira.
- **V** CONTRATANTE, observados, se cabíveis, os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela mesma, nos termos deste contrato.

07. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- I O objeto do presente certame será entregue em conformidade com as especificações técnicas, cronogramas, prazos, local e condições apontadas nesta Ata (vide item 5), na Ordem de Compras e documentação anexa.
- **II -** A partir da entrega, o objeto será recebido e submetido à Secretaria requisitante para avaliar a sua conformidade com as especificações constantes do Edital, a fim de que se decida sobre sua aceitação ou rejeição.
- **III -** Na hipótese de rejeição do objeto recebido, o mesmo deverá ser recolhido pela Contratada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da comunicação pelo Departamento competente e, após este prazo, o Departamento reserva-se o direito de enviar o objeto rejeitado à Contratada, com frete a pagar.
- IV De acordo com a legislação a Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- **V -** O material rejeitado poderá ser substituído uma única vez, dentro de até 24 (vinte e quatro) horas, após a solicitação pelo Departamento Requisitante.
- **VI -** Após o recebimento definitivo, a Contratada responderá por vícios por ventura apresentados pelo objeto licitado, no seu prazo de validade.
- **VII** A Contratada deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação, até que seja satisfeita a obrigação assumida.



08. DAS PENALIDADES

- I A CONTRATADA será punida com o impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e ser descredenciado no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Câmara de Piumhi/MG, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e demais cominações legais, nos seguintes casos:
- a) apresentação de documentação falsa;
- **b)** retardamento da execução do objeto;
- c) falhar na execução do contrato;
- d) fraudar na execução do contrato;
- e) comportamento inidôneo;
- f) declaração falsa;
- g) fraude fiscal.
- **II -** Para os fins da subcondição, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei Federal nº. 8.666/93.
- **a)** Para condutas descritas nas alíneas "a", "d", "e", "f" e "g" será aplicada multa de o máximo 30% do valor do contrato.
- **III -** Para os fins das alíneas "b" e "c", poderá ser aplicada multa nas seguintes condições, isolada ou cumulativamente:
- a) multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor total do evento, por hora ou fração de hora de atraso na entrega dos produtos e/ou serviços, requeridos nos prazos e condições definidos nas ordens de serviços (OS) para o evento, até o máximo de 20% (vinte por cento), por ocorrência;
- **b)** multa de, no máximo, 20% (vinte por cento) do valor do evento no caso de inexecução parcial do contrato ou de descumprimento de obrigação contratual;
- **c)** as ocorrências descritas nas alíneas "a" e "b" poderão implicar na rescisão unilateral do contrato;
- **d)** multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.
- III O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA.
- a) Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.
- **b)** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

09. DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

I - Considerado o prazo de validade para licitação de sistema de registro de preços, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12



(doze) meses, contados a partir da data de assinatura da Ata de Registro de Preços, ressalvados os casos de revisão de registro a que se refere o Decreto instituidor do Registro de preços.

II - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

10. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- I O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pelo Departamento Requisitante consoante o disposto no art. 73, II "a" e "b", da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais normas pertinentes.
- **II -** A cada fornecimento serão emitidos recibos nos termos do art. 73, II, "a" e "b", da Lei Federal nº. 8.666/93.

11. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I – Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

I.1 - Pela Administração, quando:

- **a)** a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de preços;
- **b)** a detentora não retirar qualquer Ordem de Fornecimento no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
- **c)** a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração;
- **d)** em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração;
- e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- **f)** por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.
- **I.1.1 -** a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo da licitação da presente Ata de Registro de Preços.
- **I.1.2 -** no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no órgão de publicações oficiais do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.
- **I.2 Pelas detentoras, quando,** mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Câmara, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no



art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº. 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº. 8.883/94.

I.2.1 - a solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Câmara a aplicação das penalidades previstas na Cláusula 08, caso não aceitas as razões do pedido.

12. DA AUTORIZAÇÃO PARA FORNECIMENTO

I - As aquisições do objeto desta Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Departamento de Compras.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- I Integram esta Ata o Edital do processo em epígrafe e as propostas das empresas classificadas neste certame.
- II Fica eleito o foro desta Comarca de Piumhi/MG para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.
- **III -** Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a legislação aplicável, federal e municipal e, subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

Piumhi/MG, de de	2019.
Antônio Astésio Tavares - Presidente Contratante	
Detentora	
Testemunhas:	
Nome:	Nome:



MINUTA DE CONTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. _____/2019.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PIUMHI/MG, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 04.889.589/0001-81, com sede administrativa na Rua Visconde de Ouro Preto, 435 — Centro, na cidade de Piumhi/MG, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Antônio Astésio Tavares, brasileiro, casado, técnico agrícola, inscrito no CPF sob o nº. 193.393.306-25, portador do RG 678.559 — SSP/MG, residente e domiciliado na Fazenda Pindaíbas, Caixa Postal nº. 95, Zona Rural, no município de Piumhi/MG, CEP 37.925-000.

CONTRAT	ΓAD	A(S):								_, inscr	ita no (CNPJ
nº				,	com		sede	ad	ministra	ativa	na	Rua
					,	nº.		, b	airro _			,
na cidad	е	de _			/_	,	neste	ato	repre	sentada	ı pelo	Sr.
					,	na	cionalio	dade			, e:	stado
civil		, [orofissão						_, inscri	to no C	PF sob	o nº.
			,									
					, nº.		, b	airro:				_, na
cidade de					_/							
entre si, a reger-se-á	•							Direi	o, o pre	esente (contrato	, que
				CL	ÁUSUL	ΑP	RIMEIF	RA				
DO OBJE aparelho o Legislativo Ata de Re nº. 003/	elul de gisti	ar e e Pium ro de l	quipame hi/MG, c	ntos ompi º	de infoi eender /2019	rmát ido) (Pi	tica par os seg regão F	a a á uintes Preser	rea adn quanti ncial no	ninistrat itativos Regist	iva do F extraído ro de P	Poder os da reços



ltem	Unidade	Quantidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	unidade	3	SCANNER DE DOCUMENTOS - Resolução ótica de saída de 300 dpi ou superior - Ciclo de trabalho diário: 1500 ou superior - Alimentador automático de papéis - Capacidade de digitalização por frente e verso (Duplex) - Tensão de funcionamento: 110VAC ou bivolt ou autovolt - Cabo de alimentação elétrica com plug no padrão brasileiro (NBR 14136) - Conectividade USB 2.0 - Formato de saída: PDF ou PDF/JPG - Tipo de papel de alimentação: papel comum, documentos de identificação, A4 - Compatibilidade com Sistema Operacional: Windows® 7, 10 - Itens inclusos: Cabo de conexão USB, manual em português e drivers de instalação - Garantia: 1 ano		
2	unidade	1	IMPRESSORA - Tipo: Laser monocromática - Velocidade de impressão: 15 ppm ou maior - Conectividade: no mínimo, USB 2.0 e Wireless - Tipos de papel: Comum (A4), cheques, etiquetas e envelopes - Tensão de funcionamento: 110 VAC ou ser bivolt e autovolt - Cabo de alimentação elétrica com plug no padrão brasileiro (NBR 14136) - Compatibilidade com Sistema Operacional: Windows® 7, 10 - Garantia: 1 ano		
3	unidade	1	COMPUTADOR HARDWARE - Computador Pessoal do tipo desktop - Processador com no mínimo 4 núcleos físicos - Frequência de clock real igual ou superior a 3.0 GHz - Memória RAM: 16 GB - DDR3 ou superior - Disco rígido (HD): 1 TB ou superior - Drive DVD-RW - Vídeo para múltiplos monitores (VGA + HDMI) - Rede Ethernet Gigabit padrao IEEE 802.3 - Placa mãe com, no mínimo, 2 slots PCI-express livres, 4 slots de memória RAM, 4 portas USB traseiras e 2 frontais - Fonte de alimentação: ATX mínimo de 500W Real (Tensão 110-220 VAC, 50-60Hz) - Teclado ABNT-2 com, no mínimo, 105 teclas - Mouse ótico com scroller - Monitor LED de, no mínimo, 19" - Cabos de alimentação para Monitor e Fonte com plug no padrão brasileiro (NBR 14136) SOFTWARE - Microsoft Windows 10 Pro - Microsoft Office 2019 Home & Business 64 bits - Garantia: 1 ano on-site		
4	unidade	5	TECLADO - Conexão USB - Tensão de entrada: 5 VDC - Padrão ABNT 2 com, no mínimo, 105 teclas - Compatibilidade com Sistema Operacional: Windows® 7, 10		



5	unidade	10	MOUSE - Conexão USB - Mouse ótico com, no mínimo, 2 botões e scroller - Compatibilidade com Sistema Operacional: Windows® 7, 10	
6	unidade	1	APARELHO CELULAR Smartphone com: - Armazenamento interno de 32 GB ou superior - Memória RAM de 2 GB ou superior - Tela de 5,5" ou maior - Câmera traseira de 13 MP ou superior - Câmera frontal de 5 MP ou superior - Câmera frontal de 5 MP ou superior - Processador Quad-Core ou Octa-Core - Tecnologia 3G/4G/Wi-Fi - Dual-chip (suporte para 2 chips) - Suporte para cartão SD (simultâneo aos 2 chips) - Marca Samsung ou de melhor qualidade	

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VIGÊNCIA: o presente contrato terá vigência de	_meses, tendo início em
//2019 e término em 31/12/2019, podendo ser prorroga	ado, observado os limites
de vigência da Ata de Registro de Preços nº. 03/2019.	

CLÁUSULA TERCEIRA

DA ENTREGA DOS PRODUTOS: o objeto do presente contrato deverá ser entregue, de acordo com as especificações constantes da Ata de Registro de Preços nº. 03/2019, na sede da Câmara Municipal de Piumhi/MG, situada na Rua Visconde de Ouro Preto, 435 – Centro, na cidade de Piumhi/MG.

CLÁUSULA QUARTA

DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO: pelo fornecimento dos produtos constantes da cláusula primeira, a Contratante pagará à Contratada, os valores previstos na Ata de Registro de Preços, a qual se vincula o presente instrumento, no prazo de até 15 (quinze) dias após a entrega do produto, mediante a apresentação da Nota Fiscal, através de cheque nominal à Contratada, após a entrega e recebimento produtos.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

Compete ao Contratante:

a) Notificar o Fornecedor de qualquer irregularidade ocorrida no fornecimento.





Rua Visconde de Ouro Preto, 435 - Centro - CEP 37925-000 - PIUMHI-MG CNPJ: 04.889.589/0001-81 E-mail: camara.piumhi@terra.com.br Telefax: (37) 3371-1551 e 3371-1384 Site: www.piumhi.mg.leg.br

- b) Emitir nota de empenho a crédito do Fornecedor Detentor do Preço Registrado no valor correspondente ao fornecimento dos produtos;
- c) Efetuar o pagamento referente ao objeto à Contratada nos termos avençados entre as partes.

Compete à Contratada:

- a) Atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro e do presente Contrato Administrativo.
- b) Manter durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório.
- c) Responsabilizar-se integralmente pela entrega, inclusive fretes, seguros, cargas e descargas, se houver, desde a origem até a sua entrega no local de destino; sendo vedado ceder ou subcontratar total ou parcialmente, o objeto deste Contrato.
- d) Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir às suas expensas, no total ou em parte os produtos em que forem verificados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução.
- e) Observar os prazos estipulados.
- f) Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GESTOR, referentes à forma de fornecimento e ao cumprimento das demais obrigações assumidas na Ata de Registro e neste contrato;
- g) Aceitar os acréscimos nos quantitativos, sempre nas mesmas condições registradas e pactuadas;
- h) Ressarcir os eventuais prejuízos causados à Câmara Municipal de Piumhi/MG ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na Ata e no presente Contrato;
- i) Aceitar, sem restrições, a fiscalização da Contratante, no que diz respeito ao fiel cumprimento das condições e cláusulas pactuadas no presente instrumento contratual;
- j) Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer prejuízos materiais ou pessoais, causados ao Contratante ou a terceiros, por ele ou por seus prepostos ou empregados;
- k) Assumir as despesas de qualquer natureza com o pessoal necessário ao fornecimento e entrega dos produtos;
- I) Responder pelos encargos de natureza trabalhista, previdenciária, tributária, comercial e inclusive, de acidente de trabalho relativo à mão-de-obra utilizada;
- m) Garantir a boa qualidade dos produtos entregues;
- n) Absorver qualquer tributo, seja federal, estadual ou municipal, incidente direta ou indiretamente sobre os produtos que constituem objeto deste contrato, correndo a sua conta exclusivamente, os processos que houverem sido ou vierem a ser instaurados, abstendo-se ela, outrossim, ainda que demandada administrativa ou judicialmente, de cobrar do Contratante, qualquer tributo, ainda que suscetível de translação;



- o) Recolher no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento do aviso, as multas que lhe forem impostas e que não puderem ser compensadas, total ou parcialmente, conforme disposto neste instrumento:
- p) Assumir o ônus de ser denunciada à lide, pelo ÓRGÃO GESTOR em caso de serem acionados judicialmente;
- q) Cumprir, as responsabilidades, as obrigações e as condições de entrega constantes do Termo de Referência/Especificação técnica;
- r) Manter, durante a execução deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital de licitação DA CONTRATADA;
- s) A Contratada deverá efetuar a entrega dos produtos no prazo máximo de 3 (três) dias contados do recebimento da Ordem de Serviços, sendo que todas as despesas decorrentes de encargos sociais e tributários, correão exclusivamente por conta da Contratada.

CLÁUSULA SEXTA

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta de dotações próprias abaixo, consignadas no orçamento geral da Câmara Municipal de Piumhi/MG para o exercício de 2019, e suas correspondentes para o exercício subsequente, se for o caso. Rubricas: 01.031.0001.1001 – 4.4.90.52.00 – ficha 02 – Equipamento e Material Permanente e 01.031.0001.2001 – 3.3.90.30.00 – ficha 08 – Material de Consumo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DA CLÁUSULA PENAL: o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracteriza a inadimplência adjudicatória da Contratada sujeitando-se as seguintes penalidades:

- a) Advertência
- b) Multa
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo período de 05 (cinco) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- e) A multa será de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, no caso de descumprimento total ou parcial deste, sendo descontada nos termos da legislação vigente.



Rua Visconde de Ouro Preto, 435 - Centro - CEP 37925-000 - PIUMHI-MG CNPJ: 04.889.589/0001-81 E-mail: camara.piumhi@terra.com.br Telefax: (37) 3371-1551 e 3371-1384 Site: www.piumhi.mg.leg.br

CLÁUSULA OITAVA

DA RESCISÃO: O presente contrato poderá ser rescindido por inexecução total ou parcial das cláusulas contratuais, atraso injustificado na entrega dos produtos, decretação de falência e por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificado.

CLÁUSULA NONA

DAS MODIFICAÇÕES: qualquer modificação de forma, qualidade e quantidade, poderá ser determinada pela CONTRATANTE, mediante a lavratura de Termos Aditivos, na forma limitada pela Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS: aplica-se ao presente as regras contidas na Lei Federal 8.666/93, e subsidiariamente, as regras gerais de direito administrativo.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO: fica eleito o foro da Comarca de Piumhi/MG, para dirimir e solucionar quaisquer dúvidas oriundas do presente.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente, em três vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo, para que produza seus efeitos legais.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIUMHI

Rua Visconde de Ouro Preto, 435 - Centro - CEP 37925-000 - PIUMHI-MG CNPJ: 04.889.589/0001-81 E-mail: camara.piumhi@terra.com.br Telefax: (37) 3371-1551 e 3371-1384 Site: www.piumhi.mg.leg.br

Pium	hi (MG),	de		de 2019.
	CNP Ant	MUNICIPAL J: 04.889.589 ônio Astésio ente da Câma	9/0001-81 Tavares	MG
TESTEMUNHAS:		Sócio proprie	etario	
01)				
00)		ASSINATURA	VCPF	
02)		ASSINATUR <i>A</i>	VCPF	